

# O movimento operário e sindical em Passo Fundo (1900-1964): história e política

Alessandro Batistella\*

## Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar o movimento operário e sindical em Passo Fundo de 1900 a 1964, salientando que o objeto de estudo são os trabalhadores urbanos e suas organizações. Para tais propósitos, enfatizam-se as principais diferenças e similitudes entre o processo nacional e o regional, sobretudo no âmbito político, e pondera-se sobre as principais correntes político-ideológicas presentes nos sindicatos locais.

*Palavras-chave:* Movimento operário. Sindicalismo. Passo Fundo.

## Considerações Iniciais

Nas décadas de 1960-1970, a questão do movimento operário e sindical no Brasil ganhou um enorme relevo com a publicação de inúmeras análises historiográficas e sociológicas acerca do tema. No entanto, apesar dos inúmeros trabalhos sobre o movimento operário e sindical, dos diferentes enfoques e delimitações, tanto temporais quanto espaciais, ainda encontramos grandes lacunas. E uma dessas lacunas pode ser sentida em Passo Fundo, onde a trajetória dos trabalhadores, assim como de suas associações e sindicatos, está no absoluto ostracismo.

Apesar de o município de Passo Fundo nunca ter sido um grande pólo

\* Graduado e mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: alessandrobattista@yahoo.com.br

industrial, isso não significa dizer que a cidade não possuía operários nem associações de classe. Ao contrário, a cidade abrigou um significativo número de assalariados, que reivindicaram direitos sociais, escolheram as suas ideologias, filiaram-se aos sindicatos oficiais e autônomos, participaram da história política do estado e do país e possuíam uma cultura e um imaginário, em outras palavras, tiveram a sua história. Assim, nos limites deste artigo, procuraremos sintetizar essa história, salientando que focalizamos os trabalhadores urbanos (não abrangendo os rurais) e as associações e sindicatos de empregados (não englobando o sindicalismo patronal) entre 1900 e 1964.

Para tais propósitos, utilizaremos como fontes primárias os dois jornais locais existentes (*O Nacional* e *Diário da Manhã*), os raros documentos sindicais e a história oral. Porém, em virtude da pouca documentação sindical (do período em estudo) existente ou disponível para pesquisa em Passo Fundo, privilegiamos como fontes empíricas os jornais e os depoimentos de pessoas que vivenciaram aquela época. Em suma, resgatar a história dos trabalhadores passo-fundenses e dos seus sindicatos é resgatar a própria história sociopolítica da cidade, oportunizando fazer fluir documentações, vozes da história viva e personagens sociais até então pouco visualizados.

## A República Velha e o contexto excludente

Durante a República Velha, a quase totalidade da população brasileira vivia excluída. Embora, pelo menos formalmente, se vivesse num regime democrático, na prática nem todos estavam aptos a exercerem a cidadania, uma vez que a Constituição de 1891 vedava a participação dos analfabetos e das mulheres. Dessa forma, num país em que mais de 80% da população era iletrada, a participação política era um direito de poucos.<sup>1</sup>

Quanto aos direitos sociais, em especial os direitos do trabalho, passaram longe da Carta de 1891, evidenciando que a herança escravocrata fazia-se presente nas formas de tratar o trabalhador. Naquela época, os trabalhadores brasileiros enfrentavam jornadas de trabalho entre 12 e 15 horas diárias, não tinham direito ao descanso semanal, às férias, a leis protetoras (acidentes, invalidez, doença...) e previdenciárias, etc.

Nesse contexto excludente, as associações mutualistas e de socorro mútuo foram as primeiras formas de organização dos trabalhadores; surgidas na primeira metade do século XIX, tinham fins assistenciais e de ajuda mútua em casos de doenças, acidentes, velhice e outros. “Com estas sociedades, o sócio (trabalhador assalariado,

artesão e, às vezes, também pequeno proprietário) assegurava seu futuro contribuindo com uma quota que, em caso de infortúnio, dava lugar ao benefício de um subsídio e auxílios diversos e onde não era desprezível a segurança de receber um enterro digno” (PETERSEN, 2001, p. 35).

Segundo Beatriz Loner (2007, p. 501-502), no Rio Grande do Sul as primeiras associações mutualistas e de socorros mútuos, normalmente organizadas por várias etnias e nacionalidades, datam da década de 1850, em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Durante as décadas de 1860 e 1870 essas sociedades, ainda basicamente étnicas, espalharam-se para outras cidades, mas foi apenas na década de 1880 que ocorreu uma rápida disseminação das entidades de socorros mútuos, muitas das quais agora incorporando ao étnico um viés classista, ou já se constituindo diretamente segundo o critério de pertencimento a uma categoria ou fábrica.

No Rio Grande do Sul, as entidades mutualistas foram mais numerosas, não por acaso, em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, mas também foram criadas em praticamente todas as regiões do estado, inclusive naquelas sem tradição industrial.

Embora as sociedades mutualistas organizadas por trabalhadores tenham sido mais numerosas, devemos lembrar que algumas foram criadas

pelas próprias empresas: os operários davam contribuições mensais para a entidade e os donos da fábrica entravam com uma quota anual. Além disso, esse fundo dispunha de recursos oriundos de multas recebidas por infrações ao regulamento interno das oficinas. Tudo isso garantia aos operários e suas famílias não só tratamento médico e fornecimento de medicamentos em caso de doença, como também pagamento de despesas de enterro e recebimento de uma diária para os operários enfermos impedidos de trabalhar (PESAVENTO, 1988, p. 68).

Entretanto, o mutualismo não foi uma forma de organização exclusivamente classista, pois inúmeros grupos étnicos também fundaram entidades com essa finalidade. Em Passo Fundo, por exemplo, em maio de 1901 foi fundada a Società Italiana di Mutuo Soccorso<sup>2</sup> (Sociedade Italiana de Mútuo Socorro), cuja “principal finalidade era ajudar os italianos estabelecidos no município” (D’AVILA, 2001, p. 17).

Com o passar dos anos, algumas associações mutualistas ultrapassaram o assistencialismo e passaram a reivindicar melhores condições de vida e trabalho, evoluindo para a formação de uniões e ligas operárias que se propunham a organizar a resistência dos trabalhadores contra o patronato. Por isso, são também conhecidas como “associações de resistência”,<sup>3</sup> um movimento associativo qualitativamente

superior em relação ao mutualismo e que iria dar origem aos primeiros sindicatos brasileiros, surgidos no início do século XX (SEGATTO, 1987, p. 35-36).

Entretanto, a idéia de que as sociedades de resistência substituíram definitivamente as mutuárias é equivocada, pois, como observa Cláudio Batalha (apud PETERSEN, 2001, p. 33), “o processo foi lento e bastante complexo. As sociedades mutualistas puras nunca desapareceram inteiramente. Por outro lado, algumas das velhas sociedades acabaram incorporando funções de resistência, do mesmo modo que algumas das novas sociedades de resistência adotaram práticas assistenciais”.

Além das sociedades mutualistas (que eram a maioria das associações de trabalhadores) e das sociedades “de resistência”, em suas diversas variedades e instâncias, conviveram nesse período várias formas de organização dos trabalhadores, como cooperativas de consumo e de produção e associações culturais, recreativas, esportivas, educacionais e políticas. No entanto, freqüentemente mais de uma dessas atividades era desempenhada por uma mesma associação, inclusive no caso das sociedades de resistência (BATALHA, 2000, p. 21).

As principais reivindicações dos trabalhadores na época eram maiores

salários, jornadas de trabalho menores e melhores condições de trabalho, as quais se destacavam porque, a não ser por algumas poucas regras legais limitando o trabalho de menores (em geral descumpridas), inexistia legislação trabalhista. Garantias de seguridade social (auxílio-doença, pensões para viúvas, aposentadorias, etc.) só existiam por meio de caixas assistenciais montadas pelos próprios trabalhadores (MATTOS, 2003, p. 9).

Gradativamente, os trabalhadores urbanos, qualificados ou não, buscaram nas “sociedades de resistência” uma forma de organização coletiva que respondesse à demanda por representação dos seus interesses junto aos patrões e ao Estado no que diz respeito às questões do mundo do trabalho. Como referências políticas e formas de luta para essas organizações estava à disposição dos trabalhadores brasileiros uma série de análises críticas da sociedade e de propostas políticas de intervenção na realidade, como socialismo, anarquismo, reformismo, cooperativismo, cristianismo social e, posteriormente, o comunismo (MATOS, 2003, p. 8).

Acerca do movimento operário em Passo Fundo durante a Primeira República, infelizmente, a ausência de fontes dificulta o resgate da história dos trabalhadores urbanos e das suas associações nessa época. Apenas há al-

guns indícios e “informações escassas, fragmentadas, e, portanto, sujeitas a retificações, na medida em que pesquisas neste campo forem aprofundadas” (PETERSEN, 2001, p. 55).

Segundo Delma Gehm (1982, p. 32), a primeira organização operária de Passo Fundo foi a Sociedade Socorros Mútuos União Operária, fundada em 1897, cuja duração efêmera aglutinava os operários da cidade e mais aqueles que prestavam serviços na construção da futura estrada de ferro. Provavelmente, como seu próprio nome já indica, tratava-se de uma entidade mutualista.

Outro fato que merece destaque é o surgimento de associações – algumas provavelmente mutualistas – de caráter étnico, que desempenhavam, ao mesmo tempo, atividades recreativas, esportivas e culturais. Trata-se da já citada Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, fundada em 1901, que também proporcionava aos seus sócios jogos de *snooker* e bocha, além de atividades culturais relacionadas com a cultura italiana; a Deutscher Verein, ou Sociedade Alemã,<sup>4</sup> fundada em 1913; o Clube Visconde do Rio Branco, fundado em 1916, que reunia os afro-brasileiros; a Sociedade Sírio-Libanesa, fundada em 1930, mas de curta duração (D’AVILA, 2001, p. 17).

No entanto, apesar dessa cultura associativa de caráter étnico, também surgiram na cidade algumas organiza-

ções operárias, dentre as quais talvez a mais importante tenha sido a Sociedade Operária Beneficente, fundada em 1909. Nos editoriais d’*O Nacional* da década de 1920 encontra-se um significativo número de artigos noticiando as atividades da Sociedade Operária Beneficente, sobretudo com relação às trocas de diretorias e às festividades de 1º de maio, Natal e Ano Novo.

Analisando as notícias acerca da Sociedade Operária Beneficente, podemos concluir que, naquela época, tratava-se de uma associação apolítica e nitidamente mutualista e beneficente, como seu próprio nome indicava. Ademais, a entidade também parece ter um caráter recreativo, pois frequentemente organizava churrascos, bailes e jogos de bolão, especialmente em datas comemorativas.

Durante a década de 1920, uma das figuras mais influentes da Sociedade Operária era o advogado João Junqueira Rocha, que, inclusive, presidiu a entidade diversas vezes. Aliás, devemos lembrar que Junqueira Rocha se converteria ao comunismo em 1931 e, ao reassumir a presidência da entidade, em 1934, torna-la-ia um núcleo comunista, como veremos no próximo capítulo.

Também há notícias da existência de outras associações em Passo Fundo, como é o caso do Centro dos Trabalhadores de Passo Fundo (fundada no dia 29 de junho de 1913), que provavel-

mente seria uma entidade influenciada pelos anarco-sindicalistas, uma vez que era uma das vinte associações filiadas à FORGS anarquista, em 1913. Segundo Sílvia Petersen (2001, p. 302-303), o Centro dos Trabalhadores possuía cerca de quarenta sócios e chegou a enviar dois delegados (Antônio Cardoso e Adolfo Varela) ao 2º Congresso Operário da Confederação Operária Brasileira, realizado em 1913 no Rio de Janeiro. Entretanto, não temos informações sobre o tempo de duração dessa associação.

Sobre o Centro dos Trabalhadores de Passo Fundo, Adhemar Lourenço da Silva Jr. (2002) levanta a hipótese de que talvez esta entidade tenha sido uma transformação ocasional de nome e estrutura da Sociedade Operária Beneficente, o que nos parece pouco provável, uma vez que os poucos indícios revelam que esta associação era, nessa época, uma mutualista apolítica. Segundo o mesmo autor:

[...] as notícias publicadas no jornal da Confederação Operária sobre o Centro dos Trabalhadores indicam mais o esforço voluntário destes em se legitimarem internamente por meio de uma rede nacional de solidariedade, do que a atividade militante de propaganda em Passo Fundo [...]. Mas é provável que a legitimidade da entidade não fosse muito grande, e isso por algumas evidências. Em carta à Confederação Operária, o Centro dos Trabalhadores comentava “a pouca vontade dos trabalhadores [de Passo Fundo] em agir em prol das suas reivindicações”.

Embora haja algumas informações fragmentadas sobre a presença e/ou passagem de militantes socialistas e anarquistas na cidade, não conseguimos apurar os efeitos e a amplitude desses ideários sobre o movimento operário passo-fundense, os quais, *a priori*, parecem ter sido pequenos, resumindo-se a poucos militantes. Contudo, também há informações sobre a criação da Liga Comunista de Passo Fundo, em virtude da influência da Revolução Russa no movimento operário sul-rio-grandense, cujos primeiros efeitos foram o surgimento de organizações operárias que se denominavam “comunistas” (PETERSEN, 2001, p. 352).

Igualmente prejudicadas pela ausência de fontes estão a Associação dos Ferroviários, que era uma espécie de filial da associação/sindicato de Santa Maria, e as mobilizações dos trabalhadores locais até meados da década de 1920 – aliás, há apenas notícias de três greves na cidade: a greve dos ferroviários de 1917 e 1919 e outra em 1920, das quais, em razão da falta de fontes, não foi possível fazer uma análise mais detalhada.

Entretanto, é certo que no final da década 1920 o principal fator catalisador de mobilizações dos trabalhadores passo-fundenses foi a questão acerca da jornada de trabalho. Segundo noticiou *O Nacional*,<sup>5</sup> os empregados do comércio enviaram ao então presiden-

te da Junta Comercial municipal, Max Ávila, dois longos ofícios, assinados por centenas de trabalhadores, expondo alguns motivos e pedindo que entrasse em vigor a lei votada pelo Conselho Municipal, exigindo o fechamento das casas comerciais às 19h 30min.

Atendendo ao pedido, o intendente municipal determinou a execução da lei, sob pena de pagamento de multa.<sup>6</sup> Entretanto:

#### O FECHAMENTO DO COMÉRCIO: A LEI NÃO É CUMPRIDA<sup>7</sup>

Há dias foram dirigidos aos srs. Armando de Araújo Annes e Max Ávila, respectivamente intendente municipal e presidente da junta comercial desta cidade, dois ofícios, assinados por diversos empregados do comércio local, solicitando intervenção no sentido de serem as casas comerciais fechadas às 19:30 no inverno, conforme dispositivo de lei orçamentária do município.

[...] Foi o pedido [...] atendido pelo sr. Intendente, que mandou avisar em todo o comércio que deveriam de tal data em diante encerrar suas portas às 19:30. Porém, hoje estiveram em nossa redação diversos empregados do comércio pedindo que [...] fosse solicitada intervenção dos poderes competentes, no sentido de serem punidos alguns comerciantes que encerram suas casas comerciais a hora que bem entenderem.

Em 1929, continuava em pauta a questão da jornada de trabalho:

#### COMÉRCIO LOCAL: a iniquidade dos patrões<sup>8</sup>

Verifica-se no comércio varejista desta cidade um regime de verdadeira escravidão, onde os patrões, em flagrante,

menosprezam os direitos e liberdades de seus empregados, sujeitando-os a um trabalho excessivo, contrário a todos os princípios de civilização e de humanidade. Vem a nossa asserção a propósito das horas de trabalho a que submetem os empregados no comércio varejista os patrões ambiciosos, obrigando aqueles a trabalharem até tardias horas da noite (21h), sem respeito sequer pela posturas municipais que regulam o caso.

Embora a reivindicação da jornada de trabalho tenha se arrastado até meados da década de 1930, como veremos adiante, não há registros na imprensa local de que essas manifestações tenham se transformado em greves.

## O movimento operário e sindical no pós-1930

Após a Revolução de 1930, o governo varguista empreendeu uma nova orientação, procurando valorizar o trabalho e o trabalhador. Para tais propósitos, uma das primeiras medidas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, além da promulgação de uma série de leis trabalhistas. No entanto, devemos lembrar que algumas dessas leis foram criadas antes de 1930, mas raramente eram cumpridas pelos patrões.

Ademais, também convém lembrar que não houve um rompimento absoluto entre o pré e o pós-1930, pois

o Estado continuou se utilizando da repressão e da violência em muitas ocasiões, ao passo que o empresariado procurava burlar a legislação trabalhista (KONRAD, 2000, p. 116). De fato, apesar de promulgada, a legislação trabalhista do pós-1930 continuou sendo boicotada, em praticamente todo o país, pelo setor patronal, inclusive em Passo Fundo. Nesse sentido, o governo federal adotou medidas punitivas e, conseqüentemente, essa resistência foi perdendo força a partir da década de 1940, embora ainda se fizesse presente.

Em março de 1931, o governo estabeleceu as novas normas de sindicalização por meio do decreto nº 19.770. A Lei de Sindicalização consagrou o paradigma corporativista, estabelecendo que as associações devessem se organizar por ramos de produção econômica, consagrando a unicidade, definindo o sindicato como órgão de colaboração e trazendo as associações operárias para a órbita do Estado. Dessa forma, a esta lei vinha transformar e, ao mesmo tempo, concorrer com as associações até então existentes no movimento operário.

Embora a sindicalização não fosse obrigatória, na prática assim se tornou, já que apenas os trabalhadores sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação trabalhista. Para o sindicato ser reconhecido, ele deveria acatar uma série de exigências, o que acarretaria a sua submissão ao Mi-

nistério do Trabalho. Assim, a política sindical tinha alguns objetivos claros, como combater as organizações independentes, bem como as ideologias consideradas “extremistas”.

Evidentemente, essa política de sindicalização encontrou resistências de parte de alguns setores do movimento operário, particularmente dos comunistas. Em Passo Fundo, houve três associações comunistas que resistiram à política de sindicalização: a Sociedade Operária Beneficente, que, a partir de 1934, passou a ser presidida pelo advogado comunista João Junqueira Rocha, o qual deu uma outra orientação à entidade, deixando, assim, de ser a associação apolítica da Primeira República; a Legião Proletária Rio-Grandense, fundada em 1934, e a União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo, fundada em 1935.

Por outro lado, havia setores do movimento operário que viam com bons olhos a proposta corporativista, sobretudo um conjunto de correntes sindicais de cunho reformista (também conhecidos, pejorativamente, por “amarelos”). Foram essas correntes reformistas que deram vida imediata ao projeto sindical do Governo Provisório, oficializando imediatamente os sindicatos sob o seu controle (ARAUJO, 1996).

Em Passo Fundo, o primeiro sindicato oficial criado foi o Sindicato dos Contabilistas, fundado em 1932. En-



tretanto, por iniciativa dos próprios dirigentes, foi fechado em 1935, sendo reaberto somente em 1945. E mais, a partir de 1933, também iniciaram as articulações para a criação do Sindicato dos Agentes Auxiliares do Comércio, que, porém, se revelaram inúteis.

Outro fator de concorrência para o sindicalismo oficial foi a política social da Igreja Católica. Embora a Igreja, pelo menos até 1935, fosse um contundente elemento de oposição à implantação do sindicato tutelado pelo Estado, no Rio Grande do Sul a organização operária católica demonstrou uma profícua similitude com o Estado, embora diferenciados. Isso se torna evidente com a fundação dos Círculos Operários (o primeiro foi o Círculo Operário Pelotense, fundado em 1932).<sup>9</sup>

Em conseqüência da política de expansão do circulismo, em 19 de setembro de 1934 foi fundado o Círculo Operário Passofundense (COPF), que, no seu início, teve uma participação discreta na história do movimento operário e sindical da cidade. Porém, a partir de 1936, em virtude da repressão empreendida sobre o sindicalismo autônomo e com o insucesso dos primeiros sindicatos oficiais na cidade, o COPF foi, gradativamente, ganhando terreno até, a partir de 1937, tornar-se hegemônico no movimento operário e sindical passo-fundense.

Entretanto, a partir de 1933-34 tornou-se extremamente difícil, para

as lideranças de esquerda, e pouco atraente, para os trabalhadores, sustentar a postura de defesa das associações independentes, uma vez que o Estado atrelou incondicionalmente o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado. Em outras palavras, como afirma Angela de Castro Gomes (2005, p. 179), “só quem tem ofício – que é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal – tem benefício”.

Esse enquadramento, no entanto, não traduzia uma postura de derrota e subordinação das correntes independentes do movimento operário. Na verdade, a entrada dos comunistas nos sindicatos oficiais foi uma medida tática para dar continuidade à luta pela autonomia sindical e manter a independência política desses perante o Estado. Porém, devemos salientar que também representou um rompimento com o campo da resistência à implantação do sindicalismo corporativista e contribuiu para o esvaziamento dos sindicatos autônomos (ARAUJO, 1996).

Em virtude das pressões, o governo não tinha outra saída senão promover a reconstitucionalização do país. Nesse sentido, o fim do regime discricionário estimulou a participação política e fortaleceu o movimento social, com a eclosão de várias greves no período 1934-1935, muitas reprimidas pelo Estado. Um dos exemplos da participação política operária nesses

tempos foi a criação da Liga Eleitoral Proletária pela Forgs, em 1934.

Desde o início de 1935, o país vivia um conturbado clima político-social, pois, além da intensa e incômoda mobilização social via greves, vivia-se sob permanentes boatos de conspirações contra Vargas, não apenas de parte do PCB, mas também de setores militares descontentes. Em virtude desse clima, em abril de 1935 o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional, a qual previa, entre outras medidas antidemocráticas, a censura dos meios de comunicação, a intervenção nos sindicatos considerados suspeitos e a prisão de militares indisciplinados.

Nesse contexto, não tardaria a colocação, pelo governo, da ANL na ilegalidade, como, de fato, o fez no dia 12 de julho. O fechamento da ANL provocou reações em todo o país, esquentando o clima político. Houve acalorados debates na Câmara dos Deputados, além de inúmeros protestos, manifestações e ameaças de greves gerais em vários pontos do país (reprimidas pelo governo). Em seguida, iniciaram-se as acusações de “extremismo” e, a partir daí, começaram as prisões de comunistas, aliancistas, líderes sindicais e militantes democratas. No entanto, em Passo Fundo, as prisões de membros do núcleo aliancista local só seriam efetuadas após os levantes de novembro.

Sem dúvida, os levantes de novembro de 1935 tiveram graves consequências político-sociais para a história do país. Depois desses episódios, o governo empreendeu uma forte repressão (não só contra os comunistas, mas contra todos os considerados opositores ao regime), o que acarretou milhares de prisões (políticos, líderes sindicais, militares, etc.). Particularmente quanto ao movimento operário e sindical, como lembra Ricardo Antunes, muitos líderes sindicais e operários foram presos, deportados e mortos; os sindicatos combativos foram sumariamente fechados e o governo proibiu o direito de greve (ANTUNES, 2003, p. 48). Enfim, como disse Edgard Carone, “para o operariado, o Estado Novo começou em 1935”.

Em Passo Fundo, a repressão também se fez presente pela prisão das lideranças sindicais combativas e de militantes comunistas locais. Ademais, a cidade viveu sob um clima de delação que atemorizou boa parte da população.

Em suma, desde o final de 1935 o país passou a viver sob a égide de uma repressão implacável, que tornava qualquer tipo de resistência praticamente impossível. Tal conjuntura foi favorecida pelo fato de o Congresso ter aprovado as medidas solicitadas pelo Poder Executivo, como o estado de sítio e o estado de guerra, outorgando-lhe,

dessa forma, um poder praticamente ilimitado. De qualquer modo, os levantes de novembro acabaram servindo de pretexto para o fechamento do regime; a partir de então, o caminho estava aberto para o golpe de estado.

Entretanto, paradoxalmente, apesar de essa época se caracterizar por intensa repressão, em Passo Fundo ocorreram algumas greves: a greve dos ferroviários (fevereiro de 1936), a “greve da carne” (novembro de 1936) e a greve dos marceneiros (fevereiro de 1937).<sup>10</sup> Porém, vale ressaltar que essas não foram reprimidas pela polícia.

Simultaneamente, a ação circulista, que demonstrava uma posição de similitude ideológica com o Estado, foi decisiva para a fundação e o reconhecimento oficial de vários sindicatos em cidades no Rio Grande do Sul. Em Passo Fundo, a atuação conjunta do Círculo Operário e do Ministério do Trabalho foi fundamental para a fundação dos primeiros sindicatos oficiais de trabalhadores na cidade em 1937, ainda antes do golpe do Estado Novo.<sup>11</sup> Apesar de ter se tratado de uma “sindicalização pelo alto”, esses sindicatos lograram êxito e atraíram os trabalhadores locais para os seus quadros associativos, uma vez que apenas os sindicalizados poderiam gozar dos benefícios sociais.

A partir do Estado Novo, novos procedimentos foram pensados em relação ao controle sindical (restauração

da unicidade sindical, proibição do direito de greve, imposto sindical, maior poder do governo para intervir nos sindicatos, etc.). Em Passo Fundo, os anos de vigência do Estado Novo representaram o início da influência hegemônica do circulismo nos meios sindicais.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial daria início às primeiras fissuras do Estado Novo. As vozes que clamavam pela democracia ecoavam cada vez mais altas em vários setores da sociedade civil, militares e, até mesmo, dentro do próprio governo. Percebendo que o regime democrático viria mais cedo ou mais tarde, o governo Vargas elaborou um sofisticado, complexo e eficiente projeto político visando conquistar uma nova base de apoio: os trabalhadores. Dessa forma, o governo varguista disseminou uma produção de cunho político e cultural que afirmava a necessidade histórica do governo. Fundamentada na “ideologia da outorga” e na valorização do trabalhador como socialmente necessário, elevando-o à condição de cidadão, o Estado teceu sua auto-imagem, induzindo os trabalhadores a identificarem-no como o guardião de seus interesses materiais e simbólicos (GOMES, 2005).

Nesse sentido, para a consolidação desse projeto foi fundamental a participação do DIP, sobretudo pela utilização sistemática do rádio como instrumento de aproximação entre o governo e os trabalhadores. Entretan-

to, como demonstram os trabalhos de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (1997), a propaganda e a doutrinação política, por mais avassaladoras que sejam, não garantem o sucesso dos governantes, pois não há propaganda que transforme um personagem em líder político, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam.

Ademais, além do emprego dos meios de comunicações, a construção da imagem de Vargas como protetor dos trabalhadores ganhou forma por meio de grandes festas cívicas, sobretudo o 1º de Maio, dedicado especialmente ao trabalhador, e realizadas, a partir de 1939, em estádios de futebol. Outro fator determinante para a construção simbólica de Vargas foi a receptividade, ou seja, o governo mostrava-se receptivo à população e, por intermédio da Secretaria da Presidência da República (SPR), estabeleceu um canal de comunicação entre o Estado e a sociedade (FERREIRA, 1997).

Dessa forma, surgiu o pacto entre o Estado e os trabalhadores, que, segundo Jorge Ferreira (1997), constituía uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo esta segunda dimensão o que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto.

O sucesso desse pacto pode ser atestado pela dimensão que alcançou o movimento queremista em 1945, um grande movimento de massa que expressava a vontade política de boa parte da população brasileira. Assim, ao mesmo tempo em que caía o Estado Novo, aumentava a popularidade de Getúlio Vargas. Em Passo Fundo, o movimento queremista demonstrou a força do getulismo na cidade, comprovada nas fontes empíricas e nos depoimentos orais.<sup>12</sup>

### O movimento operário e sindical no período democrático (1945-1964)

No final de 1945, as articulações continuístas de Vargas impulsionaram a reação de setores militares, que, por meio de um golpe encabeçado por Dutra e Góis Monteiro, derrubaram o Estado Novo. Eleito presidente da República, o general Eurico Dutra alinhou-se incondicionalmente aos Estados Unidos, o que representou a entrada do Brasil na Guerra Fria, a partir de 1947, e a conseqüente cassação do PCB e perseguição aos comunistas.

Segundo José Antonio Segatto (2003, p. 220-226), durante o período de 1943-1947 o PCB vinha adotando uma política de “união nacional” (dentro da lei e da ordem, assentada num regime republicano, progressis-

ta e popular), que, inclusive, tirou-o do isolamento político e tornou-o uma agremiação influente na vida política nacional (sobretudo porque o PCB havia se tornado mais “popular” e menos “operário” e as preocupações com os problemas da “nação” predominavam sobre os da “classe”, orientando-o, dessa forma, não mais para o proletariado, mas para os patriotas e democratas, conquistando, assim, a simpatia de setores das camadas médias). Todavia, depois de ser jogado na ilegalidade (com seus jornais fechados, seus líderes sindicais afastados pelas intervenções do Ministério do Trabalho, seus parlamentares cassados, seus militantes perseguidos), o PCB reviu suas concepções e deu uma guinada política à esquerda, radicalizando-se. A partir dessa guinada política, o PCB subestimou as oportunidades de ação legal e passou a implementar uma orientação exageradamente sectária e voluntarista, estreita e clandestinizante, a base de uma concepção golpista do processo político, o que acabou levando-o ao isolamento.

Aos poucos, essa política foi sendo posta em prática por todos os setores onde o partido tinha alguma penetração ou trabalho. Na área sindical, a atividade dos comunistas voltou-se para o combate aos sindicatos existentes, subordinados ao Estado, ao mesmo tempo em que se dedicava à criação de sindicatos paralelos e independentes,

na forma de associações. Paralelamente, desenvolveu a prática de realizar greves na “marra” e a qualquer custo. Contudo, essa orientação teve efeitos bastante negativos para o PCB, no meio sindical e no seio do movimento operário, que perdeu grande parte de sua força e influência. Com o abandono dos sindicatos por parte dos comunistas, abriu-se um espaço no interior das organizações dos trabalhadores, que foi ocupado pelos trabalhistas e por outras forças políticas (SEGATTO, 2003, p. 226).

No que tange ao movimento operário e sindical, o Ministério do Trabalho fechou diversas organizações de trabalhadores e passou a intervir nos sindicatos contrários à sua orientação, inaugurando uma nova fase de repressão ao sindicalismo.<sup>13</sup> Segundo José Antonio Segatto (1987, p. 71), entre 1948 e 1950 a repressão aos trabalhadores tornou-se mais forte. Embora a repressão não utilizasse a violência física, baseado na Lei de Segurança Nacional o governo passou a prender e processar sindicalistas.

Sem dúvida, a história do movimento operário e sindical durante o governo Dutra foi marcada principalmente pela repressão, tanto de greves quanto de líderes sindicais. Em Passo Fundo, por sua vez, o movimento operário e sindical foi marcado pela continuação da hegemonia do Círculo Operário, embora, agora, a maioria dos

líderes sindicais locais tivesse alguma vinculação ao PTB ou a Getúlio Vargas. Na verdade, havia uma grande afinidade entre circulistas, trabalhistas e getulistas. Nesse sentido, é importante lembrar que trabalhismo e getulismo não são sinônimos: o getulismo é um fenômeno sentimental, é um fenômeno de gratidão coletiva a Getúlio Vargas, ao passo que o trabalhismo é um movimento político que, com o PTB, ganhou a forma partidária. Assim, o getulismo pode não ser trabalhista (LIMA apud FERREIRA, 2005, p. 121).

Em Passo Fundo, a decisão dos comunistas de se afastarem dos sindicatos, na prática, não alterou a situação vigente, uma vez que eles tinham grandes dificuldades em conquistar espaços nessas entidades, que em sua maioria eram tuteladas pelo Círculo Operário. Além de sua incontestável influência nos sindicatos locais, o Círculo Operário Passofundense, durante esses anos, também intensificou a sua assistência aos trabalhadores, instalando, em dezembro de 1946, um consultório médico gratuito aos associados e seus familiares.<sup>14</sup> Ademais, o COPF também foi palco de importantes decisões políticas, uma vez que, em janeiro de 1948, o Poder Legislativo Municipal mudou-se para uma das salas do seu edifício.

Portanto, ao final do governo Dutra, o Círculo Operário Passofundense já estava consolidado como uma das

mais importantes entidades da cidade, afinal, ali funcionavam quase todos os sindicatos locais, a Câmara de Vereadores e a Escola Doméstica Santa Izabel, que disponibilizava vários cursos às mulheres e filhas dos associados, como artes, corte e costura e culinária.<sup>15</sup> Ademais, a entidade fazia sucesso entre os trabalhadores pela sua política assistencialista.

No início da década de 1950, a partir da vigência do segundo governo de Getúlio Vargas, o movimento operário e sindical atingiu novamente grande dimensão em virtude do afrouxamento do governo na aplicação da legislação repressiva. Era a retomada do movimento operário e sindical, que organizou uma onda de greves em todo o país, dentre as quais a famosa Greve dos 300 Mil, ocorrida em março de 1953 em São Paulo, considerada o marco do ressurgimento do movimento operário e sindical. Em geral, a maioria das greves deflagradas no período 1945-1964 foi motivada pela inflação, pela carestia de vida e por razões de ordem política.

Na década de 1950, com os sindicatos dominados pelas correntes circulista e trabalhista-getulista, os militantes comunistas não conseguiram lograr muito êxito nos meios sindicais locais. Além da hostilidade dos setores ligados à Igreja e a Vargas no âmbito sindical, os comunistas passofundenses enfrentariam, a partir do

início de 1953, um grande movimento anticomunista: a Liga Passofundense Contra o Comunismo, fundada no dia 9 de fevereiro.

A partir da segunda metade da década de 1950, após as crises que envolveram o final do governo de Vargas, o governo de Café Filho e a “novembrada”, o clima de relativa liberdade democrática do governo JK e as contradições do seu modelo de desenvolvimento econômico abriram espaço para a consolidação do movimento sindical. Vários são os índices dessa ascensão: crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos pela opinião pública; participação das entidades sindicais na formulação de pautas políticas para o país; construção de organismos intersindicais, entre outros exemplos. Do ponto de vista quantitativo, segundo Marcelo Badaró Mattos (2003, p. 39), duas medidas do crescimento da importância do sindicalismo são os dados sobre os números de sindicatos criados e o percentual de trabalhadores sindicalizados.

Na mesma proporção em que a economia do país se desenvolvia, crescia a inflação, principal responsável pela eclosão de inúmeros movimentos paredistas no período. Nessas greves, a principal reivindicação dos operários era por aumentos salariais e medidas contra a carestia de vida. O movimento grevista mais famoso do governo JK foi a Greve dos 400 Mil, ocorrida de 15

a 25 de outubro de 1957, na cidade de São Paulo, considerada “o auge do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno da greve. Depois dela, ficou patente a capacidade da classe trabalhadora de expandir seu poder de pressão tanto sobre o empresariado quanto sobre o panorama político” (NEGRO; SILVA, 2003, p. 73-74).

Também ocorreram greves em Passo Fundo nos anos JK, como a greve dos ferroviários, em julho de 1957; a dos operários da Cervejaria Brahma, em janeiro de 1959; e mais três greves dos ferroviários no decorrer de 1960 – uma em março, a outra em julho e a última em agosto.

De qualquer forma, o que importa salientar é que as centenas de greves que pipocaram em todo o país durante o governo Juscelino Kubitschek consolidaram os sindicatos como atores políticos de relevo, que passaram a pressionar o governo não só em prol das melhorias econômicas, mas também pelo direito de greve e por demandas políticas.

Foi também nos anos JK que ocorreria a aproximação entre trabalhistas e comunistas nos meios sindicais. Os comunistas, que enfrentaram uma traumática crise em virtude das denúncias, em 1956, dos crimes do regime stalinista na União Soviética, passaram a elaborar autocríticas e renovaram suas concepções teóricas e seus métodos de ação,<sup>16</sup> formulando um novo projeto po-

lítico. Definido como a “nova política” do PCB (1958/1960), este novo projeto passou a defender, dentro do regime democrático, as bandeiras do nacionalismo e do antiimperialismo, das reformas de base e da reforma agrária (antifeudalismo). Para os comunistas, efetuada essa etapa (reformas), possível pela via democrática, o caminho do socialismo estaria aberto (SEGATTO, 2003, p. 230-231).

Aliás, é importante destacar que a partir da “nova política”, com suas inovações e limites, o PCB, mesmo juridicamente ilegalizado, teve uma inserção crescente e contínua na vida sociopolítica brasileira até 1964, ganhando forte penetração no movimento sindical urbano e rural e entre os estudantes e intelectuais, transformando-se num importante protagonista no processo histórico em curso naqueles anos (1958-1964) (SEGATTO, 2003, p. 232-233).

Os trabalhistas, por sua vez, também passaram, no decorrer da década de 1950, por renovações ideológicas. Com a atuação de João Goulart na presidência do partido, o PTB deixou de ser apenas “getulista” para transformar-se em “reformista”, ou seja, um partido comprometido com o nacionalismo e o programa de reformas econômicas e sociais.<sup>17</sup> Nessa transição – “de getulistas a reformistas” –, Goulart procurou redefinir o PTB em termos ideológicos, programáticos e organizacionais, além

de reformular as relações de seu partido com sua própria base social – os trabalhadores e os sindicatos. Segundo Jorge Ferreira (2005, p. 121-122), Goulart esforçou-se para atualizar o trabalhismo brasileiro a um contexto internacional vivido por sua geração: por um lado, a consolidação dos valores democráticos e o modelo de um Estado de bem-estar social que avançava na Europa Ocidental; por outro, a pregação antiimperialista e de emancipação econômica e política que se expandia pela América Latina.

Em suma, no final da década de 1950, trabalhistas e comunistas defendiam valores em comum, como o nacionalismo e o antiimperialismo, a ampliação dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores (as reformas de base), e preocupavam-se com os trabalhadores e excluídos do campo (reforma agrária e extensão dos direitos trabalhistas aos camponeses). Dessa forma, não por acaso, aproximaram-se tanto nos sindicatos quanto nos círculos políticos do país.

Portanto, as lutas por melhores condições de vida, por melhorias econômicas e, sobretudo, a encampação de demandas políticas, como as bandeiras nacionalistas e reformistas, foram fundamentais para transformarem, definitivamente, os sindicatos em atores políticos visíveis e temidos pelos conservadores.



No entanto, nem só da aliança entre trabalhistas e comunistas vivia o sindicalismo no Brasil. Convém ressaltar que, nesse momento, também havia outras correntes, tanto à direita (ademaristas e janistas) quanto à esquerda (“renovadores”,<sup>18</sup> trotskistas e socialistas), além da corrente católica ou circulista, cuja influência era fortemente sentida no Rio Grande do Sul. Ademais, também não podemos deixar de mencionar a criação, em 1959, do Movimento de Renovação Sindical, que reunia dissidentes do PCB, “independentes” e cristãos antagônicos ao circulismo (NEGRO; SILVA, 2003, p. 70).

Se no movimento operário e sindical brasileiro, de uma perspectiva geral, consolidaram-se as alianças entre trabalhistas e comunistas, o mesmo não ocorreu em Passo Fundo, pelo menos até o final da década de 1950. De fato, numa cidade onde os sindicatos eram fortemente influenciados pela Igreja Católica – por meio do Círculo Operário –, o forte sentimento anticomunista era um obstáculo quase intransponível para os militantes comunistas, que tinham pouca ou nenhuma influência nos sindicatos passo-fundenses, apesar dos seus esforços.<sup>19</sup>

Por sua vez, o trabalhismo – na sua versão moderada – era um ideário tolerável pela Igreja Católica, uma vez que, em muitos aspectos, estava em harmonia com a ideologia circulista,

particularmente no que tange às leis sociais e trabalhistas. Ademais, em Passo Fundo muitos líderes sindicais trabalhistas, a exemplo dos circulistas, também compartilhavam o anti-comunismo. Na verdade, no sindicalismo passo-fundense sempre houve uma cumplicidade entre as correntes circulistas e trabalhistas, tanto que muitas vezes fica difícil estabelecer as fronteiras entre elas.

Enfim, a aproximação entre trabalhistas e comunistas em Passo Fundo deu-se somente no âmbito político-partidário, quando os comunistas apoiaram alguns candidatos petebistas nas eleições municipais de 1959 e 1963. Apesar do anticomunismo de alguns trabalhistas, segundo Saul Gomes Ortega,<sup>20</sup> os comunistas locais tinham uma boa relação com alguns petebistas, pois a sua proposta política era a que mais se aproximava do PCB.

Na década de 1960, o movimento operário e sindical passou a participar ativamente da história sociopolítica do país. Desde o segundo governo de Vargas vinham sendo criadas inúmeras organizações intersindicais, que iam, na prática, rompendo com a estrutura sindical até então praticada. De todas essas organizações, a mais importante foi o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), cujas bases foram lançadas no III Congresso Sindical Nacional, em agosto de 1960, criado oficialmente no IV Encontro Sindical Nacional, que

se realizou entre 17 e 19 de agosto de 1962, em São Paulo. O IV Encontro, que contou com a participação de cerca de 3.500 delegados de 586 sindicatos, associações e federações, além de criar o CGT, aprovou um plano de lutas imediatas, incluindo desde as reformas de base, a liberdade sindical e o direito de greve, a ampliação dos direitos trabalhistas – 13º salário, férias remuneradas de trinta dias, salário-família, participação nos lucros das empresas – e a ampliação da democracia (SEGATTO, 1987, p. 52).

As linhas mestras da plataforma do CGT eram o nacionalismo, a modernização distributiva e as reformas sociais, traduzidas nas seguintes bandeiras: controle das remessas de lucros para o exterior; restrição aos investimentos estrangeiros; direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados; ampliação da organização dos trabalhadores rurais; reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência Social; fortalecimento da presença do Estado na economia e nas empresas nacionais. Foi defendendo essas bandeiras que, sob a coordenação de lideranças trabalhistas e comunistas, inúmeros sindicatos anexaram à sua pauta de lutas atividades de cunho político, acirrando as disputas com outras orientações ideológicas, que buscavam banir dessas entidades qualquer mobilização política (NEGRO; SILVA, 2003, p. 72).

Segundo Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva (2003, p. 72), o CGT nasceu de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar amplas parcelas de trabalhadores em âmbito nacional. Seu objetivo não era apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil.

Segundo Ricardo Antunes (2003, p. 55), o CGT foi, durante o governo de João Goulart, a expressão mais significativa do movimento sindical brasileiro. Além do PCB e do PTB, o CGT também estabeleceu elos com a Frente Parlamentar Nacionalista e envolveu-se fortemente em campanhas que marcaram, de maneira indelével, o governo de João Goulart (NEGRO; SILVA, 2003, p. 72-73). Ademais, sua presença foi decisiva na direção de grandes manifestações operárias, como as greves em apoio a Jango – como, por exemplo, a greve geral, em julho de 1962, por um “gabinete nacionalista e democrático”, capaz de encaminhar as reformas de base.

Uma outra greve geral deflagrada pelo CGT ocorreu em setembro de 1962, motivada pela renúncia do gabinete

de Brochado da Rocha, que, sofrendo pressões dos setores nacionalistas do Exército e das lideranças sindicais, solicitou, novamente, a antecipação do plebiscito e a delegação de poderes ao Congresso. A segunda negativa do Congresso acabou levando-o à renúncia no dia 14 de setembro de 1962. Imediatamente, a CGT decretou greve geral “pelo plebiscito”, com o apoio discreto da ala nacionalista do Exército (FERREIRA, 2003, p. 358-359).

Dessa forma, no dia 15 de setembro de 1962 eclodiu a greve geral, de 24 horas, deflagrada pelo CGT. No entanto, a decisão do CGT não encontrou respaldo no Rio Grande do Sul. Os dirigentes de diversas federações de trabalhadores do estado (Indústria do Vestuário, Metalúrgicos, Comerciantes, Construção e do Mobiliário, Artefatos de Couro) declararam que a “greve era ilegal e extremista” e “que não tinha o menor amparo na lei, *nos princípios sociais e cristãos* e não representa reivindicação de classe alguma, mas sim um motivo de agitação e de coação ao Congresso Nacional”.<sup>21</sup>

Em virtude disso, as federações de trabalhadores citadas resolveram que “não devem e não podem, de maneira alguma, acompanhar o movimento grevista programado pelos motivos invocados”. Para isso, solicitaram o apoio e as garantias das autoridades para “assegurarem a mais plena liberdade para todos aqueles que dese-

jarem trabalhar e não pactuar com a greve ilegal”.<sup>22</sup> Em suma, para esses dirigentes sindicais as greves só se justificavam quando seus motivos fossem puramente economicistas, jamais políticos. No entanto, uma das poucas exceções foi a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, que aderiu à greve geral.

Uma das hipóteses para esse relativo fracasso da greve geral decretada pelo CGT no Rio Grande do Sul pode ser a influência do recém-criado Movimento Sindical Democrático (MSD), que provavelmente, nesse momento, estava no comando da maioria das federações de trabalhadores do estado. O MD, formado em maio de 1961, aglutinava os trabalhistas que não compactuavam com as alianças com os comunistas – conhecidos como ministerialistas –, os circulistas e demais líderes sindicais visceralmente anticomunistas – autodenominados de “democráticos”. Favorável – na sua ideologia – à empresa privada, era chefiado pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Antônio Magaldi (NEGRO; SILVA, 2003, p. 70-71).

Em 1963, o governo de João Goulart, enfrentando sucessivas crises políticas, tornava-se ainda mais crítico em virtude da aguda crise econômica, sobretudo a inflação, que, segundo Marcelo Badaró Mattos (2003, p. 38), chegou a atingir 79% em 1963. Não por

acaso, o ano de 1963 foi marcado pela eclosão de inúmeras greves em todo o país. Em Passo Fundo, algumas categorias conseguiram obter aumentos salariais sem recorrer às greves, como foi o caso dos metalúrgicos, que obtiveram 70% de aumento.<sup>23</sup> No entanto, em setembro desse ano se deflagrariam duas greves dos bancários, uma nacional e outra estadual, que também atingiram a cidade de Passo Fundo.<sup>24</sup> Contudo, a greve mais famosa desse ano – e uma das maiores manifestações grevistas de toda a história do movimento operário/sindical brasileiro – foi a célebre Greve dos 700 Mil, eclodida em São Paulo em outubro de 1963. Os grevistas, além de aumentos salariais, tinham outras reivindicações, dentre as quais, “a unificação da data-base dos acordos salariais, com o fim de evitar que os reajustes fossem realizados em épocas diferentes para as várias categorias” (ANTUNES, 2003, p. 56).

No início de março de 1964, o clima político se tornaria ainda mais tenso, sobretudo após o comício do dia 13 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Nesse comício, ao se comprometer com as esquerdas pelo programa máximo de reformas, Jango perderia definitivamente o controle sobre as forças à esquerda e à direita. Passo Fundo, por sua vez, não estava alheio ao grande embate nacional acerca das reformas de base. Na cidade, assim como em todo o país, esse comício gerou gran-

des expectativas e também desencadeou acontecimentos relacionados ao comício da Guanabara, como o fato de a Associação Rural de Passo Fundo ter aconselhado a formação de “grupos de vigilantes” no campo para resistir às invasões de terra. Do outro lado, o líder do PTB na Câmara de Vereadores, Odilon Soares de Lima, divulgou uma nota oficial denunciando que “um pichamento terrorista seria realizado contra as residências de trabalhistas e nacionalistas passofundenses”. Ademais, nesse mesmo dia, as ruas do centro da cidade amanheceram pichadas com numerosas manifestações, como “Reformas com Jango”, “Contra o golpe”, “O povo quer democracia” e “Viva a Reforma Agrária”.<sup>25</sup>

Entretanto, poucos dias após o comício eclodiria a mais crítica crise militar do governo Goulart – as revoltas dos marinheiros e fuzileiros navais da Marinha, que contaram com o apoio e o incentivo das esquerdas. O estopim da crise ocorreu no dia 30, após Jango ter participado da festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. Ter comparecido a uma festa de subalternos das Forças Armadas logo após um motim de marinheiros representou a gota d’água para os militares. No dia seguinte, Jango e o regime democrático foram derrubados por um golpe civil-militar, que encontrou poucas resistências. Desde então, os golpistas

fariam do PTB e do trabalhismo, bem como dos comunistas, seus inimigos de morte.

Uma das poucas tentativas de resistência ao golpe foi articulada pelo CGT, através da convocação de uma greve geral. A greve, de fato, foi deflagrada e em algumas cidades, como Rio de Janeiro e Santos, a paralisação foi total. Em Passo Fundo pretendiam aderir à greve geral em solidariedade a Jango, além dos ferroviários, o Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e do Mobiliário.<sup>26</sup>

Segundo Orlando Bühler, naquela noite diversos líderes sindicais, comunistas, políticos e trabalhadores reuniram-se no Círculo Operário com o objetivo de organizar uma grande passeata contra o golpe de estado. Nessa reunião diversas pessoas se colocaram à disposição do III Exército para lutar pela legalidade.<sup>27</sup> Porém, a passeata não ocorreu e, posteriormente, algumas pessoas que participaram da reunião, além de outras, foram presas e enviadas a Porto Alegre, dentre elas os comunistas locais Ernesto Delvaux, Imbraim Cordeiro de Melo, Antônio Silva (o “Tonico”), Luciano Mota, João Roma e o estudante Sólon Silva. Também foram presos o jornalista João Baptista de Mello Freitas, políticos e todos os vereadores do PTB, o telegra-

fista da Viação Férrea Paraguassú de Moura Brizola – irmão de Leonel Brizola, o operário e líder sindical Arno Maier, o sindicalista rural Orlando Bühler, o representante do Ministério do Trabalho e presidente de honra do COPF João Andrade (que ficou retido menos de uma semana no quartel do Exército). Por outro lado, alguns conseguiram fugir, como, por exemplo, o comunista local José Pacheco.

Em suma, a greve geral decretada pelo CGT não obteve repercussão. Para o movimento sindical, as esquerdas e os setores nacionalistas, o golpe de 1964 representou uma dura e rude derrota. A partir de então, dirigentes sindicais e políticos passaram a ser cassados, perseguidos, presos, torturados ou, até mesmo, assassinados. Cerca de quinhentos sindicatos em todo o país sofreram intervenção, sendo colocados em suas direções interventores nomeados pelo Ministério do Trabalho, muitos dos quais saídos do Movimento Sindical Democrático (MSD) ou de outras organizações de direita (SEGATTO, 1987, p. 57).

Em Passo Fundo, não foi preciso a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, pois algumas correntes de direita – circulistas, “trabalhistas ministerialistas”<sup>28</sup> e anticomunistas, em geral –, nesse momento também exerciam uma certa influência no sindicalismo local. Ademais, nem todos os sindicatos de Passo Fundo se envol-

viam em questões políticas. Segundo Maria Eliza Almeida,<sup>29</sup> alguns sindicatos, como dos Comerciários e dos Bancários, não se envolviam em questões políticas, somente em demandas materiais e econômicas.

Portanto, como lembra Ricardo Antunes, com o golpe civil-militar de 1964 “começava a longa noite na história do sindicalismo brasileiro”. Após terem protagonizados diversos e importantes capítulos da história brasileira entre 1945 e 1964, consagrando-se como atores políticos ativos, os sindicatos foram reduzidos a meros órgãos assistencialistas e/ou agentes intermediários entre o Estado e a classe trabalhadora. Conseqüentemente, com a proibição do direito de greve, os movimentos paredistas eclodiram esporadicamente (como, por exemplo, as greves de Osasco e Contagem, em 1968), apesar do arrocho salarial imposto pelo regime militar para contornar a crise econômica – expediente também utilizado durante o período de desenvolvimento econômico na década de 1970.

### Considerações finais

Como podemos verificar, em Passo Fundo a história do movimento operário e sindical esteve intrinsecamente ligada ao Círculo Operário Passofundense. Embora tenham existido algumas associações de classe autônomas

no início da década de 1930, dominados pelos comunistas, após a repressão imposta pelo governo federal, a partir de 1935, o caminho ficou livre para a consolidação do circulismo na cidade.

No entanto, no pós-1945, o circulismo ganhou a companhia do getulismo e do trabalhismo nas associações de trabalhadores locais e, a partir da década de 1950, ambos se consolidaram como as correntes hegemônicas no movimento operário e sindical passo-fundense. Na verdade, a harmonia entre tais correntes era tamanha que muitas vezes é difícil estabelecer as fronteiras entre elas. Quanto aos comunistas, numa cidade em que os sindicatos eram fortemente influenciados pela Igreja Católica – através do Círculo Operário –, o forte sentimento anticomunista era um obstáculo quase intransponível para os militantes comunistas, que, apesar dos seus esforços, tinham pouca ou nenhuma influência nos sindicatos passo-fundenses.

Sem dúvida, é inegável a participação política dos sindicatos na sociedade brasileira a partir da década de 1950, mas, sobretudo, durante o governo de João Goulart. De fato, desde o final da década 1950 e início do decênio de 1960, os sindicatos superaram o sistema corporativo imposto pela CLT – e consagrado pela Carta de 1946 – e participaram ativamente dos acontecimentos sociopolíticos do país, particularmente na luta pelas reformas de

base. Assim, os trabalhadores e seus sindicatos tornaram-se atores políticos de relevo e temidos pelos conservadores, que, pressionados pelos movimentos sociais do campo e da cidade, pelos trabalhistas, pelos comunistas, pelos setores nacionalistas, entre outros, deflagraram um golpe civil-militar em 1964.

Portanto, quando o “novo sindicalismo”, surgido no final de década de 1970, “qualifica”, pejorativamente, o “velho sindicalismo” como “sindicalismo populista”, “sindicalismo pelego”, etc., está desmerecendo a sua própria história, uma história marcada não apenas pela subserviência ao Ministério do Trabalho ou a “supostos políticos demagogos”, mas também pelas lutas em prol de reivindicações econômicas e, sobretudo, sociopolíticas. Tais lutas conduziram a que os trabalhadores e seus sindicatos, enfim, se tornassem protagonistas políticos e participassem ativa e decisivamente da história do país. É uma história marcada por muitas variáveis, mas que não cabe a nós julgar se foi certa ou errada, boa ou ruim, pois, como disse Marc Bloch, “não cabe ao historiador julgar a história, mas, sem perder a capacidade crítica, compreendê-la”.

## Abstract

This paper has as main goal to analyze the worker and syndicalism movement in Passo Fundo from 1900 to 1964, protruding that the study's main goal are the urban workers and their organizations. For suchlike proposes, is necessary to emphasizes the main differences and similarities between the national and regional process, above all in the political matter, it will be ponder about the politician-ideological chains present in the local syndicalism.

*Key words:* Worker movement. Syndicalism. Passo Fundo.

## Notas

- <sup>1</sup> Nesse sentido, José Murilo de Carvalho (1987) destaca o fato de que a última reforma eleitoral feita no Império reduziu o eleitorado de 10% para 1% da população do Brasil, e na República permaneceu esse quadro de exclusão, variando o eleitorado de 2 a 3%. Ver *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- <sup>2</sup> A partir do dia 14 de junho de 1901, a entidade passou a se chamar Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Iolanda Margherita Di Savoia, em homenagem à princesa italiana, escolhida patrona da entidade. Em 1938, em virtude da Lei de Nacionalização do Estado Novo, a Sociedade Italiana passou a se chamar Clube Caixeiral.
- <sup>3</sup> A denominação “resistência” enfatizava sua diferença com relação às sociedades mutualistas, consideradas “beneficentes”. Porém, na prática a clara diferenciação entre os dois tipos de associação estava mais presente no discurso, pois diversas sociedades “de resistência” continuaram a prestar algum dos auxílios das sociedades mutualistas.
- <sup>4</sup> Em 1938, em virtude da Lei de Nacionalização do Estado Novo, a Sociedade Alemã passou a ser Clube Recreativo Juvenil.
- <sup>5</sup> *O Nacional*. Passo Fundo. 2 jun. 1928. p. 3.

- <sup>6</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jun. 1928, p. 1-2.
- <sup>7</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 14 jul. 1928, p. 2.
- <sup>8</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 10 out. 1929, p. 1.
- <sup>9</sup> Sobre os Círculos Operários, ver DIEHL (1990) e BARRETO (1995).
- <sup>10</sup> Sobre mais detalhes dessas greves, ver BATISTELLA, 2007.
- <sup>11</sup> No dia 7 de abril de 1937 foram fundados o Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Padeiros e o Sindicato dos Trabalhadores de Madeira e seus artefatos; em 8 de julho de 1937, o Sindicato dos Comerciantes e, em 26 de julho do mesmo ano, o Sindicato dos Bancários.
- <sup>12</sup> Mais detalhes sobre o movimento queremista em Passo Fundo, ver BATISTELLA, 2007.
- <sup>13</sup> Em Passo Fundo, o ano de 1946 foi repleto de mobilizações populares contra a carestia de vida e greves por melhorias salariais. Entretanto, nos anos seguintes do governo Dutra, essas mobilizações populares foram mais tímidas.
- <sup>14</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 24 dez. 1946, p. 5.
- <sup>15</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 ago. 1950, p. 2.
- <sup>16</sup> Tais mudanças seriam consubstanciadas no documento denominado Declaração de Março de 1958 e consolidadas na Resolução do V Congresso em 1960. No entanto, as mudanças operadas foram parciais e não romperam de forma radical e profunda com o passado; ao contrário, conservaram traços pretéritos fundamentais. Ver mais em Segatto (2003).
- <sup>17</sup> Convém lembrar que, embora a cúpula partidária do PTB fosse da corrente “reformista”, também havia setores dentro do partido contrários à orientação dada por Jango.
- <sup>18</sup> Segundo Marcelo Badaró Mattos (2003), os “renovadores”, em geral, eram uma ala de esquerda que criticava o PCB.
- <sup>19</sup> Segundo Saul Gomes Ortega, um dos principais temas discutidos nos “aparelhos” clandestinos do PCB em Passo Fundo era acerca da importância da militância nos sindicatos. No entanto, tais objetivos eram inviabilizados em razão da forte influência do COPF nos sindicatos locais. (Saul Gomes Ortega, nascido em 01/12/1936, era enteado do comunista local Ernesto Delvaux e militou pelo PCB em Passo Fundo na década de 1950. Entrevista realizada no dia 17/2/2007, em Passo Fundo).
- <sup>20</sup> Depoimento de Saul Gomes Ortega, já citado.
- <sup>21</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 15 set. 1962, p. 1.
- <sup>22</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 15 set. 1962, p. 1.
- <sup>23</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 24 maio 1963, p. 1.
- <sup>24</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 18 set. 1963, p. 1; 23 set. 1963, p. 1; 27 set. 1963, p. 1.
- <sup>25</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13 mar. 1964, p. 1.
- <sup>26</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 1º abr. 1964, p. 1.
- <sup>27</sup> Depoimento concedido por Orlando Bühler, nascido em 24/6/1924. Ex-sindicalista rural, getulista e brizolista, foi preso pelo regime militar em 1964, ficando detido por quarenta dias em Porto Alegre. Entrevista realizada no dia 22/1/2007, em Passo Fundo.
- <sup>28</sup> Os “trabalhistas ministerialistas”, como denominados, eram os petebistas mais moderados, que pregavam as reformas por meio dos princípios “democráticos e cristãos”, através de alianças com o PSD. Também eram anticomunistas e não compactuavam com a coalizão PTB-PCB.
- <sup>29</sup> Depoimento concedido por Maria Eliza Almeida, nascida em 18/8/1921. Presidiu o Sindicato dos Comerciantes de Passo Fundo de 1963 a 1984.

## Referências

- ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Org.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BARRETO, Álvaro. *Propostas e contradições dos Círculos Operários*. Pelotas: UFPEL, 1995.
- BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATISTELLA, Alessandro. *O movimento operário e sindical em Passo Fundo (1900-1964): história e política*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DIEHL, Astor Antônio. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.



- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982. v. 2.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- KONRAD, Diorge Alceno. Operários no Rio Grande do Sul (1930-1937): conflitos entre identidade nacional e identidade de classe. In: CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS (Org.). *Os trabalhos e os dias: ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- LONER, Beatriz Ana. O movimento operário. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3. p. 499-526. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).
- MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *“Que a União Operária seja a nossa pátria!” História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: UFRGS; Santa Maria: UFSM, 2001.
- SEGATTO, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Notas sobre a organização operária em Bagé, Passo Fundo e Uruguaiana. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA/ANPUHRS, 6, 2002, Passo Fundo. *Anais...* Passo Fundo: UPF, 2002. CD-ROM.